

RECRUSUL S/A

– Companhia Aberta –

CNPJ 91.333.666/0001-17
Av. Luiz Pasteur, 1020 – SAPUCAIA DO SUL (RS)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício Findo em 31.12.2018

- Relatório da Administração
- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas
- Parecer dos Auditores Independentes
- Declaração da Diretoria



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em, 31 de dezembro de 2018.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2018 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Sapucaia do Sul – RS, 22 de Março 2019.

Os Administradores



RECRUSUL S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	Notas	A T I V O		Consolidado	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		15.332	1.174	15.332	1.174
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.838	1	2.838	1
Clientes	5	2.543	-	2.543	-
Estoques	6	1.083	758	1.083	758
Impostos a Recuperar		577	55	577	55
Títulos a Receber	7	7.443	-	7.443	-
Adiantamentos a Fornecedores		488	-	488	-
Outras Contas		360	360	360	360
NÃO CIRCULANTE		25.647	36.296	25.647	36.296
Realizável A Longo Prazo		23.866	34.403	23.866	34.403
Partes Relacionadas	8	2.169	13.408	2.169	13.408
Depósitos Judiciais		2.061	1.985	2.061	1.985
Outros Ativos Não Circulantes	9	19.636	19.010	19.636	19.010
Investimentos	10	147	147	147	147
Imobilizado	11	1.633	1.745	1.633	1.745
Intangível	11	1	1	1	1
TOTAL DO ATIVO		40.979	37.470	40.979	37.470

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE		21.403	36.912	29.784	45.130
Fornecedores	12	1.548	4.306	1.575	4.333
Instituições Financeiras	13	-	3.020	-	3.020
Impostos e Contribuições a Recolher	14	15.657	13.635	21.818	19.638
Adiantamento de Clientes	15	2.553	2.606	2.578	2.631
Débitos Trabalhistas/Cíveis		337	282	561	505
Credores Plano de Parcelamento	16	-	-	730	729
Honorários Administradores		199	192	475	468
Parcelamento Federais	17	210	1.630	1.087	2.504
Credores por Produtos a Entregar		-	3.681	-	3.681
Credores Extraconcursais		-	4.425	-	4.425
Outras Contas		899	3.135	960	3.196
NÃO CIRCULANTE		80.053	113.494	75.125	108.639
Instituições Financeiras	13	-	3.726	-	3.726
Credores Plano de Parcelamento	16	18.530	26.843	19.931	28.244
Partes Relacionadas	8	130	7.837	130	7.837
Impostos e Contribuições a Recolher		-	69	-	69
Parcelamentos Federais	17	44.550	41.625	51.840	48.709
Provisão para Perdas em Investimentos	10	16.843	16.506	-	-
Credores Extraconcursais		-	16.888	-	16.888
Outras Contas		-	-	3.224	3.167
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	(60.477)	(112.936)	(63.929)	(116.299)
Patrimônio Líquido dos Acionistas Control.		(60.477)	(112.936)	(63.929)	(116.299)
Capital Social	18.1	220.000	124.498	220.000	124.498
Capital Social a Integralizar		(30.021)	-	(30.021)	-
Reservas de Capital		543	543	543	543
Prejuízos Acumulados		(250.999)	(237.977)	(254.253)	(241.147)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(198)	(193)
TOTAL DO PASSIVO		40.979	37.470	40.979	37.470

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	Notas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		5.576	35	5.576	35
RECEITA LÍQUIDA		4.462	35	4.462	35
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	21	(3.801)	-	(3.801)	-
LUCRO BRUTO		661	35	661	35
Despesas Administrativas	21	(1.485)	(1.236)	(1.485)	(1.236)
Honorários dos Administradores	21	(47)	(33)	(47)	(33)
Resultado Equivalência Patrimonial	10	(338)	(1.086)	-	-
Outras Receitas Operacionais	21	976	907	976	907
Outras Despesas Operacionais	21	(5.092)	(25.984)	(5.092)	(25.984)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(5.325)	(27.397)	(4.987)	(26.311)
Receitas Financeiras	22	1	-	1	370
Despesas Financeiras	22	(7.700)	(11.874)	(8.066)	(13.354)
RESULTADO FINANCEIRO		(7.699)	(11.874)	(8.065)	(12.984)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(13.024)	(39.271)	(13.052)	(39.295)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	2.384	-	2.384
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(13.024)	(36.887)	(13.052)	(36.911)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(5)	(11)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(13.047)	(36.900)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					(36.911)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	24.b	(2,56314)	(7,25932)	(2,56865)	(7,26412)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial - R\$	24.b	(2,56314)	(7,25932)	(2,56865)	(7,26412)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo Líquido Do Exercício	(13.024)	(36.887)	(13.047)	(36.900)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades				
Depreciação e amortização	303	319	303	319
Equivalência Patrimonial	338	1.086	-	-
Resultado Na Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(23.223)	-	(28.606)
Provisão para Contingências	-	(2.537)	-	(2.537)
Participação dos Não Controladores	-	-	(5)	(11)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	(2.543)	-	(2.543)	-
(Aumento) Redução de Estoques	(325)	(17)	(325)	(17)
(Aumento) Redução de Impostos a Recuperar	(522)	17	(522)	17
(Aumento) Redução de Títulos a Receber	(7.443)	-	(7.443)	-
(Aumento) Redução de Adiantamentos a Fornecedores	(488)	-	(488)	-
(Aumento) Redução de Outras Ativos Circulantes	-	360	-	360
(Aumento) Redução de Depósitos Judiciais	(76)	1	(76)	1
(Aumento) Redução de Outras Ativos Não Circulantes	10.613	19.969	10.613	19.969
Aumento (Redução) de Fornecedores	(2.758)	(1.191)	(2.758)	(1.191)
Aumento (Redução) de Impostos e Contrib. a Recolher	2.022	(5.988)	2.180	(5.235)
Aumento (Redução) de Adiantamento de Clientes	(53)	(234)	(53)	(234)
Aumento (Redução) Credores por Produtos a Entregar	(3.681)	3.681	(3.681)	3.681
Aumento (Redução) de Débitos Trabalhistas /Cíveis	55	(6.114)	55	(6.114)
Aumento (Redução) de Honorários Administradores	7	26	7	26
Aumento (Redução) de Parcelamentos Federais Circula	(1.420)	(10.401)	(1.420)	(10.401)
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulante	(2.236)	2.031	(2.236)	2.031
Aumento (Redução) Parcelamentos Federais Não Circu	2.925	16.764	2.925	16.764
Aumento (Redução) de Outras Contas	(21.381)	21.975	(21.174)	27.715
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(39.687)	(20.363)	(39.687)	(20.363)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(191)	-	(191)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(191)	-	(191)	-
Fluxos de caixa das atividade de Financiamentos				
Adiantamento p/Aumento de Capital	65.481	-	65.481	-
Aumento (Redução) Instituições Financeiras	(6.746)	526	(6.746)	526
Aumento (Redução) Credores Plano de Recuperação	(8.313)	12.001	(8.313)	12.001
Aumento (Redução) Débito de Partes Relacionadas	(7.707)	7.837	(7.707)	7.837
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	42.715	20.364	42.715	20.364
Aumento de caixa e equivalente de caixa	2.837	(1)	2.837	(1)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	2	1	2
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.838	1	2.838	1

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018
 (em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR</u>	<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>	<u>AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS AÇONISTAS CONTROLADORES</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	124.498	-	543	6.174	(207.262)	(76.047)
Ajustes IFRS	-	-	-	(6.174)	6.174	-
Efeito Decorrente de Investimento em Controladas	-	-	-	-	24	24
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	-	(36.911)	(36.911)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	124.498	-	543	-	(237.975)	(112.934)
Aumento de Capital	65.481	-	-	-	-	65.481
Capital Social a Integralizar	30.021	(30.021)	-	-	-	-
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	-	(13.024)	(13.024)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	220.000	(30.021)	543	-	(250.999)	(60.477)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018
 (em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR</u>	<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>	<u>AIJSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</u>	<u>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	124.498	-	543	6.174	(212.851)	(81.636)	(182)	(81.818)
Equiv. Patrim. Controladas e Coligadas	-	-	-	-	(239)	(239)	-	(239)
Ajustes IFRS	-	-	-	(6.174)	6.174	-	-	-
Efeito Decorrente de Investimento em Controladas	-	-	-	-	2.680	2.680	-	2.680
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	-	(36.911)	(36.911)	-	(36.911)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	124.498	-	543	-	(241.147)	(116.106)	(193)	(116.299)
Aumento de Capital	65.481	-	-	-	-	65.481	-	65.481
Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-	-	-	-	(54)	(54)	-	(54)
Capital Social a Integralizar	30.021	(30.021)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido Do Exercício	-	-	-	-	(13.052)	(13.052)	-	(13.052)
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	220.000	(30.021)	543	-	(254.253)	(63.731)	(198)	(63.929)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas	5.438	942	5.438	942
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.462	35	4.462	35
Outras Receitas	976	907	976	907
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.801)	-	(3.801)	-
Valor Adicionado Bruto	1.637	942	1.637	942
Retenções	(303)	(319)	(303)	(319)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(303)	(319)	(303)	(319)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.334	623	1.334	623
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	(337)	(1.086)	1	370
Resultado de Equivalência Patrimonial	(338)	(1.086)	-	-
Receitas Financeiras	1	-	1	370
Valor Adicionado Total a Distribuir	997	(463)	1.335	993
Distribuição do Valor Adicionado	997	(463)	1.336	993
Pessoal	156	1.091	156	1.091
Remuneração Direta	126	1.037	126	1.037
Benefícios	22	-	22	-
F.G.T.S.	8	54	8	54
Impostos, Taxas e Contribuições	29	263	29	263
Federais	19	164	19	164
Municipais	10	99	10	99
Remuneração de Capitais de Terceiros	13.836	35.070	14.202	36.550
Juros	7.700	11.874	8.066	13.354
Outras	6.118	23.196	6.118	23.196
Remuneração de Capitais Próprios	(13.024)	(36.887)	(13.052)	(36.911)
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	(13.024)	(36.887)	(13.047)	(36.900)
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	(5)	(11)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



RECRUSUL S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (B3 Brasil: RCL3, RCL4) é uma holding operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários e refrigeração de transportes/industrial situada na cidade de Sapucaia do Sul – RS. Neste ano de 2019, completaremos 65 anos atendendo a clientes no Brasil e no exterior.

Operação de Alienação Imobiliária: Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferido a alienação do ativo imobiliário da empresa em Sapucaia do Sul – RS. As condições de pagamento são: R\$500 no ato da autorização da proposta; R\$500 30 dias após no ato da imissão da posse pelo adquirente; R\$1.500 quando da escritura definitiva no Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul – RS; 50 parcelas de R\$250 corrigidas pela TR depositadas sempre a cada dia 10 após o pagamento das duas primeiras parcelas da proposta; 10 parcelas de reforço no valor de R\$200 semestrais a partir de maio de 2018 com a última em maio de 2022. A liberação dos recursos aos credores obedecerá a ordem cronológica estabelecida no Termo de Acordo entre empresa e Sindicato dos Trabalhadores protocolado na primeira semana de outubro de 2015 relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos com a respectiva venda.

Aspectos Operacionais: A Companhia retomou suas atividades em maio de 2018 conforme noticiado em FATO RELEVANTE de 02/05/2018. A Companhia possui uma carteira média de pedidos de, aproximadamente, 90 dias totalizando em termos financeiros R\$9.000. Este valor é superior a todo o faturamento de 2018, indicando um crescimento continuado das operações comerciais e produtivas.

- **Operação de integralização de capital:** As ações que estavam em poder da Triskelion Capital, conforme Fato Relevante de 03/04/2017, foram quase que totalmente integralizadas: ficando um saldo ainda pendente de R\$2.169 que deverá ser totalmente integralizado durante o ano de 2019.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e padrões internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB- International Accounting Standards Board e IFRS- International Financial Reporting Standards e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento



integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 12.996/14, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Bases de Preparação e Consolidação

No balanço patrimonial individual, as participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, as variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao Exercício 2017 denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Recrusul S/A e suas Controladas, com base na operação envolvendo a alienação do ativo imobiliário referente ao parque industrial da Companhia localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS, para buscar o equacionamento da estrutura patrimonial envolvendo passivos de curto e longo prazo bem como alternativas para capital de giro.

3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.



3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.9 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados.

3.10 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.11 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.11.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

3.11.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.



3.12 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.13 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

3.16 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “Impairment” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.17 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários.



3.18 Novas normas e interpretações

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações individuais e consolidadas permanecem inalteradas em comparação às práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: IFRS 9 Financial Instruments, análogo ao CPC 48 Instrumentos Financeiros, inclusive aqueles reativos à contabilidade de hedge; IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers, análogo ao CPC 47 Receita de

Contrato com Cliente.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

IFRS 16 (CPC 06 R2), “Arrendamento mercantil”. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

NOTA 04 – EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Bancos Conta Corrente	2.838	1	2.838	1
Total Equivalentes de Caixa	2.838	1	2.838	1

NOTA 05 – CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Clientes Nacionais	5.492	2.955	5.492	2.955
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosas	(2.949)	(2.955)	(2.949)	(2.955)
Total Líquido a Receber	2.543	-	2.543	-



NOTA 06 – ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos Prontos	75	133	75	133
Produtos em Processo	299	140	299	140
Matéria-Prima	709	286	709	286
Materiais Diversos	-	199	-	199
Total Líquido a Receber	1.083	758	1.083	758

NOTA 07 – TÍTULOS A RECEBER

Refere-se a adiantamento de recursos mantidos em *escrow account* para futura aquisição de matéria-prima conforme aumento da demanda comercial e produtiva.

NOTA 08 – PARTES RELACIONADAS

Pelo lado do ativo, refere-se aos créditos que a Companhia detém perante os investidores, conforme Fato Relevante do dia 25/05/2017, que assumiram o compromisso de realizar as respectivas integralizações anteriormente e vinculadas à Triskelion Capital conforme Ata da RCA de 13/12/2016, respeitando o disposto do art. 5º do Estatuto Social. Pelo lado do passivo, refere-se a operações de empréstimos cujo montante alcançou em 31/12/2018 o valor de R\$130.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTE

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Credito Alienação Imobiliária	17.000	17.000	17.000	17.000
Despesas Antecipadas	2.636	2.010	2.636	2.010
Total Líquido a Receber	19.636	19.010	19.636	19.010

NOTA 10 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo Ltda	30 de dezembro de	31 de dezembro de
				2018	2017
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.963
Patrimônio Líquido	(9.195)	(11.060)	(38)	(20.293)	(19.869)
% de Participação No Capital Votante	98,06	70,83	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(225)	(167)	-	(391)	(1.338)
Saldo Final em 31/12/2017	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(221)	(117)	-	(338)	(1.086)
Provisão p/ Perda em Investimentos	(8.995)	(7.810)	(37)	(16.843)	(16.506)
Saldo Final em 31/12/2018	-	-	-	-	-
Saldo de Outros Investimentos				147	147
Saldo Total de Investimentos				147	147



NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGIVEL

CONTROLADORA						
Descrição	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de dezembro de 2018
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.228	177	-	-	(276)	2.129
(-)Provisão perdas	(942)	-	-	-	-	(942)
Maquinas e Motores	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	-	8	-	-	(1)	7
Instalações/Ferramentas	75	6	-	-	(26)	55
Imobilizado em Andamentc	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	1.745	191	-	-	(303)	1.633
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	1.746	191	-	-	(303)	1.634

CONSOLIDADO						
Descrição	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de dezembro de 2018
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.228	177	-	-	(276)	2.129
(-)Provisão perdas	(942)	-	-	-	-	(942)
Maquinas e Motores	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	-	8	-	-	(1)	7
Instalações/Ferramentas	75	6	-	-	(26)	55
Imobilizado em Andamentc	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	1.745	191	-	-	(303)	1.633
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	1.746	191	-	-	(303)	1.634

Recuperabilidade de ativos - Com a alienação do Imobilizado, para liquidação de passivos, por um valor abaixo do contabilizado reconhecemos prejuízos no ano de 2017 da ordem de R\$3.484. Em 2018 não existem perdas a serem reconhecidas.

NOTA 12 – FORNECEDORES

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. A taxa mensal arbitrada calculada foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 1.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores	1.549	4.307	1.576	4.334
(-) AVP - Fornecedores	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	1.548	4.306	1.575	4.333



NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m%
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Empréstimos Bancários	-	6.746	-	6.746	a)
TOTAL	-	6.746	-	6.746	
Total Circulante	-	3.020	-	3.020	
Total Não Circulante	-	3.726	-	3.726	

a) A taxa média é de CDI +0,8% a.m

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER
a) Impostos no Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Obrigações Fiscais Federais	885	572	1.716	1.399
Obrigações Fiscais Estaduais	11.142	10.551	16.470	15.725
Obrigações Fiscais Municipais	3.630	2.512	3.632	2.514
TOTAL IMPOSTOS	15.657	13.635	21.818	19.638

b) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Provisão de IR e CS gerada pela Adoção do CPC n° 27 sobre avaliação de ativos, que se constituiu como passivo oneroso para Companhia na operação de contabilização da alienação imobiliária.

NOTA 15 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os montantes de R\$2.553 em 31/12/2018 e de R\$2.606 em 31/12/2017 são referentes a contratos de vendas comerciais da linha de implementos rodoviários recebidos, parcialmente, de forma antecipada.

NOTA 16 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante)

Os saldos do Plano de Recuperação Judicial (processo n.º 035/1.06.0000410-0) estão a seguir:

Descrição	Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA					
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	-	14.315	14.315	-	14.212	14.212
Inst. Financeiras	-	-	-	-	1.006	1.006
Quirografários	-	4.214	4.214	-	11.624	11.624
TOTAL	-	18.530	18.530	-	26.843	26.843



Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO

Descrição	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	186	14.692	14.878	186	14.589	14.775
Inst. Financeiras	-	-	-	-	1.006	1.006
Quirografários	544	5.412	5.957	543	12.822	13.365
(-) Ajuste Vlr.	-	(174)	(174)	-	(174)	(174)
TOTAL	730	19.931	20.661	729	28.244	28.972

NOTA 17- PARCELAMENTOS FEDERAIS

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizada a opção pelo parcelamento em 180 meses de débitos tributários federais anteriores a novembro de 2013. As prestações, originais no parcelamento eram de R\$129 em 180 meses. A Companhia aderiu ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) dos débitos da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda nacional, o passivo remanescente a pagar pela controladora, é de R\$44.760 com a consolidação na adesão no PERT, que está em análise pelos órgãos competentes. O passivo tributário Federal da controladora é de R\$72.930 o que poderá resultar em um complemento de R\$28.170 no passivo tributário.

NOTA 18- PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1 Capital Social e Direito das Ações

O Capital Social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$124.498, representado por 1.702.767 ações ordinárias e 3.378.496 ações preferenciais, totalizando 5.081.263 ações sem valor nominal.

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018, o capital social subscrito foi aumentado no valor de R\$95.502, com emissão de 23.706.183 ações ordinárias e de 47.035.928 ações preferenciais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito passou a ser de R\$220.000 (R\$124.498 em 2017) representado por 75.823.374 ações, sendo 25.408.950 ações ordinárias e 50.414.424 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, após homologação a ser realizada pela próxima RCA e/ou AGE, sendo que, foram totalmente integralizados R\$65.481 restando R\$30.021 a integralizar.



NOTA 19 - CONTRATOS DE SEGUROS

Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes.

NOTA 20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 21 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Custo	Remuneração Direta	(464)	-	(464)	-
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(2.927)	-	(2.927)	-
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(149)	-	(149)	-
Custo	Custos com Depreciação	(261)	-	(261)	-
	Custo Total de Produção	(3.801)	-	(3.801)	-
Despesa	Remuneração Direta	(126)	(169)	(126)	(169)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(47)	(33)	(47)	(33)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(37)	(39)	(37)	(39)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(30)	(84)	(30)	(84)
Despesa	Honorários Adv./Auditores/Consult.	(840)	(559)	(840)	(559)
Despesa	Outras Despesas	(453)	(386)	(453)	(386)
	Total das Despesas Administrativas	(1.532)	(1.269)	(1.532)	(1.269)
Receita	Outras Receitas Operacionais	976	907	976	907
	Total Outras Receitas Operacionais	976	907	976	907
Despesa	Acordos Credores Extraconcursais	(2.094)	(17.581)	(2.094)	(17.581)
Despesa	Multas/Correções	(235)	(779)	(235)	(779)
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(2.081)	-	(2.081)	-
Despesa	Despesas Alienação Imobiliária	(229)	(3.484)	(229)	(3.484)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(323)	(3.143)	(323)	(3.143)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(130)	(997)	(130)	(997)
	Outras Despesas Operacionais	(5.092)	(25.984)	(5.092)	(25.984)
	Total Custos e Despesas	(9.449)	(26.346)	(9.449)	(26.346)

As principais contas de Outras Despesas Operacionais referem-se a:

- i) **Credores Extraconcursais:** renegociações e reconhecimentos de credores que entraram com processo judicial contra a Companhia com acordos para encerramento destes processos aderentes ao que fora deliberado na AGC de 07/01/2016. Honorários do administrador judicial conforme decisão judicial, de honorários de sucumbência de ordem trabalhista, contratos com consultores cíveis, tributários e acordo com Sindicato trabalhista para liberação de dirigente sindical.



- ii) **Outras Despesas Operacionais:** honorários do administrador judicial conforme decisão judicial, de honorários de sucumbência de ordem trabalhista, contratos com consultores cíveis, tributários e acordo com Sindicato trabalhista para liberação de dirigente sindical em linha com os passivos apresentados pela Companhia;
- iii) **Negociações/Processos/Trabalhistas:** reconhecimentos de condenações em novos processos trabalhistas, acordos judiciais e extra-judiciais com clientes que não tiveram seus produtos entregues nos exercícios anteriores.
- iv) **Despesas Alienação Imobiliária:** Refere-se a prejuízo entre valor de livro contábil e contrato de compra e venda conforme homologação judicial.

A Companhia acredita que a maior parte dos passivos onde a empresa é polo passivo judicialmente encontram-se contempladas nestas novas despesas contabilizadas neste exercício social, mas ainda é possível que novos ajustes possam ser feitos em trimestres subsequentes. A tendência é de que todas estas despesas sejam aderentes ao que fora estabelecido no Plano de Pagamentos aprovado na AGC de 07/01/2016.

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Receita	Descontos Recebidos	1	-	1	370
Total Receitas Financeiras		1	-	1	370
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(758)	(2.660)	(758)	(2.660)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(3.455)	(1.801)	(3.821)	(3.281)
Despesa	Correção Parcelamentos Federais	(829)	(2.507)	(829)	(2.507)
Despesa	Despesas Capital de Giro/Reestruturação	(2.527)	(4.761)	(2.527)	(4.761)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(131)	(145)	(131)	(145)
Total Despesas Financeiras		(7.700)	(11.874)	(8.066)	(13.354)
Total Resultado Financeiro		(7.699)	(11.874)	(8.065)	(12.984)



NOTA 23– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Controladora	(13.024)	(36.887)	(60.477)	(112.936)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	-	-
Participação dos Não Controladores	(5)	(11)	(198)	(193)
Absorção do PL Negativo de Controlada	(23)	(13)	(3.254)	(3.170)
Consolidado	(13.052)	(36.911)	(63.929)	(116.299)

NOTA 24– LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta as seguintes informações

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Ações Ordinárias	1.703	1.703
Ações Preferencias	3.378	3.378
Total Ações Emitidas	5.081	5.081

b) Resultado por ação:

Controladora	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(13.024)	(36.887)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e Preferenciais – R\$	(2,56314)	(7,25979)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(2,56314)	(7,25979)

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09 visto a empresa operar exclusivamente no segmento de implementos rodoviários.



NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2018 no montante de R\$4.871 (R\$4.871 em 31 de dezembro de 2017). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$11.200 e R\$764, no qual este já teve decisão favorável sobre o mesmo assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Ernani Catalani Filho – Vice-Presidente

Luiz Alcemar Baumart – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Davi Sousa da Rosa - Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Davi Sousa da Rosa - Contador CRC-RS 90.886- CPF 003.357.470-78



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas

Recrusul S.A.

Sapucaia do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Recrusul S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Recrusul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção à nota 1 às demonstrações contábeis onde consta que a Companhia, embora tenha retomado as suas atividades operacionais a partir de maio de 2018, conforme Fato Relevante publicado em 02 de maio de 2018, incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e, conforme balanço patrimonial nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$6.071 (R\$14.452 no consolidado). Apesar desta retomada de atividades operacionais a partir de maio de 2018, esses eventos ou condições ainda indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de retomada e continuidade operacional da Companhia. Entretanto, a Companhia possui uma carteira de pedidos de R\$9.000, tendo alcançado o faturamento bruto de R\$5.576 no exercício de 2018, fato este que poderá mitigar novos riscos com relação a capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Integralização do Capital social

Conforme notas explicativas 01 e 13.1, através de Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de julho de 2016 a Companhia efetuou aumento de capital no montante de R\$52.498 mediante a subscrição privada de novas ações, sendo R\$33.679 oriundos de conversão de dívidas com fornecedores e instituições financeiras, R\$4.452 de avais e R\$14.367 em espécie (nota 5), para cumprimento de acordo com credores através das respectivas conversões de dívidas em ações da Companhia e capital de giro para retomada das suas operações. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2016, a qual ratificou a ata de aumento de capital, das 11.728.369 ações ordinárias, seriam subscritas pela empresa Triskelion Capital Consultoria e Gestão de Investimentos Estratégicos Ltda. (“Triskelion”) 9.578.069 novas ações, sendo 8.939.531 ações ordinárias e 638.538 ações preferenciais subscritas pela acionista. Esta empresa detinha o controle da Companhia, com mais de 70% das ações ordinárias. A Triskelion tinha o prazo de integralização total do valor, no montante de R\$14.367, até o dia 31 de março de 2017, conforme noticiado pela Companhia no Comunicado ao Mercado (Esclarecimento 3T16) datado de 28 de novembro de 2016. Entretanto, conforme Fato Relevante publicado em 03 de abril de 2017, a mesma notificou que não integralizou o capital por entendimento diverso sobre a questão da alienação imobiliária do ativo da Companhia. Adicionalmente, conforme Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2017, foi iniciada a transferência das ações detidas pela Triskelion Capital para os investidores descritos neste Fato Relevante. Tais investidores assumiram o dever de integralização, anteriormente detida pela Triskelion Capital, sem prazo determinado. O valor total a ser integralizado é de R\$14.367. Até o presente momento foram integralizados R\$12.199 deste valor, mantendo a Companhia o saldo de R\$2.169 contabilizado em seu ativo como direito a receber. Caso não ocorra a referida integralização do



aumento de capital a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – Parcelamentos de tributos federais

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 2014 a Companhia optou em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014 e em 2017 no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nessas modalidades de parcelamentos encontra-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Retomada das atividades operacionais

Porque é um PAA:

Conforme descrito na nota 01 - Contexto operacional, a Companhia incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios e deficiência de capital de giro que culminou com a parada de suas operações desde o exercício de 2015 até maio de 2018, motivo pelo qual seus administradores estão envidando esforços no intuito de buscar alternativas de capitalização via aumento de capital para retomada de suas atividades operacionais em níveis adequados. No exercício, ocorreu aumento de capital no valor de R\$95.502, tendo sido integralizado com a capitalização de R\$54.987 de dívidas passadas da Companhia e novos investimentos, R\$10.494 em numerário, restando R\$30.021 a integralizar. Caso não ocorra a referida integralização deste saldo, a Companhia precisará identificar outros meios de capitalização para financiar seu giro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia a documentação referente ao processo de aumento de capital iniciado em 05 de novembro de 2018, incluindo atas de reuniões, assembleia, fatos relevantes e comunicados ao mercado referente as transferências de direitos de subscrição entre acionistas, bem como analisamos tais documentos para concluirmos quanto a sua legitimidade, confirmando o aumento do capital social. Desta forma, mantivemos este assunto como incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Recrusul S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por nós cujo relatório foi emitido em 13 de março de 2018 contendo parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional e sobre a necessidade de homologação pelos órgãos fiscalizadores do parcelamento previsto na Lei 12.996, semelhante ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como



informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de



uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 19 de março de 2019.

Carlos Alberto dos Santos

Contador – CRCRS nº 69.366

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360



**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Os Sr. Ricardo Mottin Jr. e Davi Souza da Rosa declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Sapucaia do Sul, 20 de março de 2019.

Ricardo Mottin Jr.
Diretor Presidente

Davi Souza da Rosa
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Os Sr. Ricardo Mottin Jr. e Davi Souza da Rosa declaram, na qualidade de Diretores da Recrusul S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Luiz Pasteur, 1020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 91.333.666/0001-17 (“Companhia”), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, sobre as demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Sapucaia do Sul, 20 de março de 2019.

Ricardo Mottin Jr.
Diretor Presidente

Davi Souza da Rosa
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

